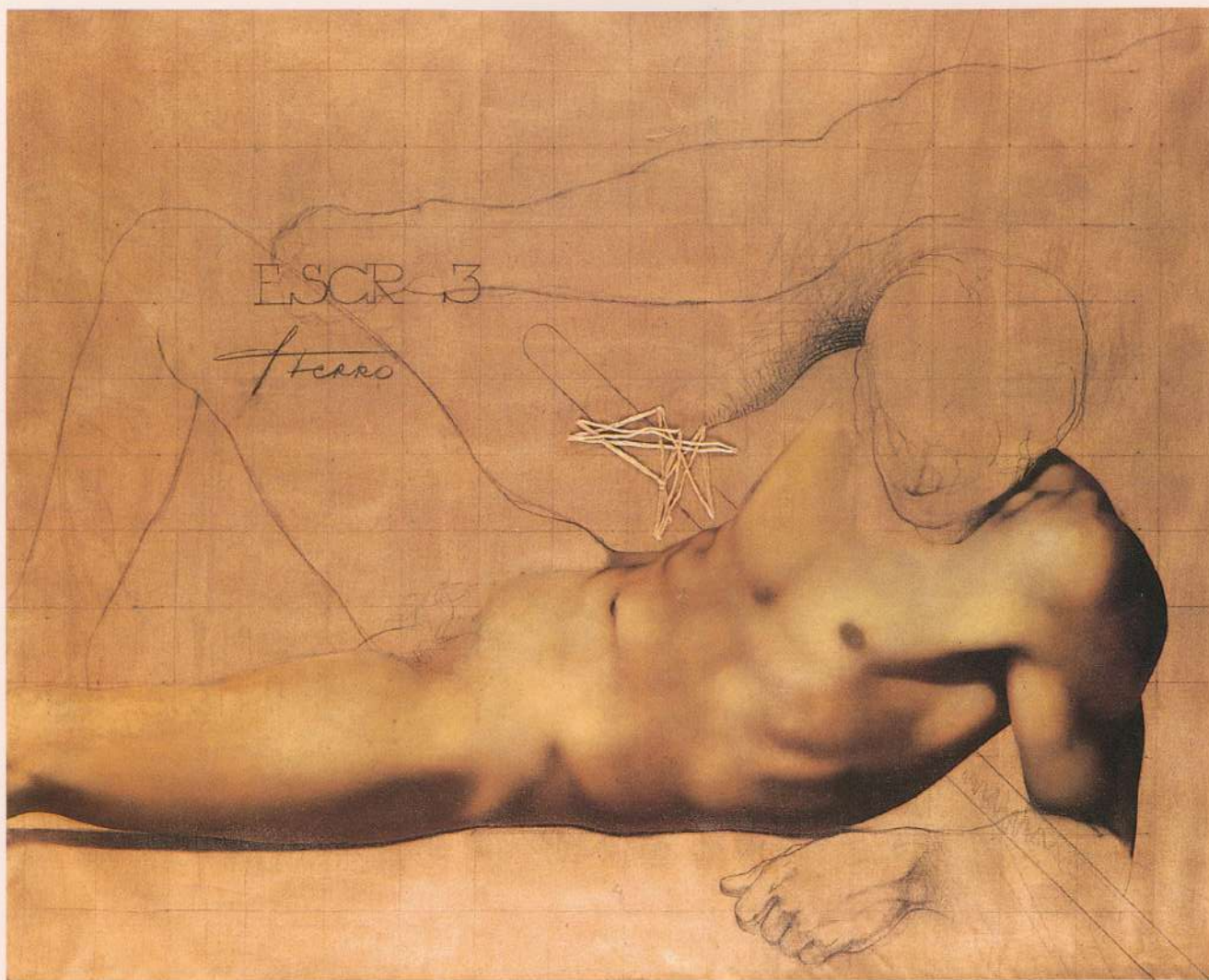




ESCRVO II  
162x130cm  
Coleção Particular



ESCRVO III  
130x162cm  
Coleção Particular

# REFLEXÕES PARA UMA POLÍTICA NA ARQUITETURA

## INTRODUÇÃO

1. A “crise” da arquitetura é um assunto que tem preocupado insistentemente os debates especializados. Entretanto, se ninguém a nega, estamos ainda muito longe de sua compreensão. Por isso mesmo, é inadmissível deixar de iniciar um processo rigoroso no tratamento desta questão, sobretudo porque na formulação das condições para a formação dos arquitetos está subentendido: a visão impressionista e a metodologia laxista não conseguirão dar resultados válidos. Sem dúvida, a enorme complexidade das relações pouco nítidas entre a arquitetura, a produção e o consumo da construção, justificam o atraso na tomada de consciência. Mas se a irracionalidade da atividade arquitetural parece ser, hoje em dia, objetivamente exigida pelas condições da produção em geral no nosso sistema, não há dúvida que somente a fria e radical racionalidade poderá desvendar as raízes dessa exigência aberrante.

2. Sem pretender esgotar o assunto, uma abordagem rápida sobre algumas tensões contraditórias que determinam atualmente a arquitetura mostrará que essas raízes têm diferentes origens, internas e externas. À exceção de alguns casos marginais, poder-se-ia sinteticamente separar os aspectos dominantes da produção material da “indústria” da construção:

a - divisão muito grande do trabalho, cada operário desenvolvendo somente uma parte das atividades tradicionais;

b - emprego de instrumentos simples manipuláveis por um só indivíduo;

c - poucas máquinas utilizadas em tarefas auxiliares, que exigem muita energia concentrada e nenhuma máquina operatriz;

d - organização da mão-de-obra em equipe: organizados e hierarquizados, cada operário seguido de inúmeros serventes;

e - finalmente, a totalização do trabalho não se exterioriza materialmente na produção, mas depende de um grupo de dirigentes, mestres, contra-mestres etc, mistura de guias e fiscais, únicos a conseguirem no canteiro de obras uma realização. Este conjunto de fatores aproxima a indústria da construção da manufatura, separando tecnicamente o estágio histórico da

construção enquanto produção, seja em relação à sua cooperação simples e o artesanato, seja em relação à indústria. A manufatura da construção possui traços específicos que a distinguem de outros tipos de manufatura. Frequentemente, por esta razão, ela é confundida com outros processos de produção. Porém, a presença dominante da força de trabalho impede qualquer confusão; na verdade, é o operário coletivo, formado por um grande número de operários parcelados, que constitui seu mecanismo específico. Mas, no interior da forma dominante da manufatura, outras formas secundárias aparecem, e nós encontramos sinais da produção artesanal, da cooperação simples e da indústria. De qualquer maneira, as maiores modificações na manufatura da construção podem se resumidas na passagem quase horizontal da manufatura em série (em regiões subdesenvolvidas como o Brasil) à manufatura heterogênea (mais desenvolvida na França). A correlação complexa desses fatores é, entretanto, peculiar a esta produção.

3. Esta caracterização técnica é confirmada por dados econômicos. Por exemplo, na França — onde a produção é mais desenvolvida — o capital variável (salários) na manufatura da construção é superior a 30% (1966) em relação aos outros setores já industrializados. O número de operários qualificados é inferior a 14%. À frágil mecanização corresponde um baixo índice de salários (85 contra 100 em outros setores; 110 é o índice de duração do trabalho em 1970, e 130 a taxa de exploração do trabalho). “Assim, a uma frágil composição orgânica do capital e taxas de lucro mais elevadas, corresponde um atraso do quadro obtido no processo de desenvolvimento de forças produtivas” (indústria da construção e industrialização, a qual emanaria inevitavelmente da substituição periódica da maquinaria usada). O caráter estruturalmente conservador da empresa; a resistência à inovação do operário qualificado da manufatura, criada pelo modo de desvalorização de sua força de trabalho; a deformação do consumo que a própria manufatura cria; a propriedade privada do solo, seu retalhamento, negócios etc. Para explicarmos um fenômeno tão comum e anormal, se considerarmos a necessidade crescente de espaço construído, devemos procurar uma causa mais geral. É a necessidade patológica do sistema, de que importantes setores da produção sejam mantidos em situação de atraso tecnológico para frear temporariamente a queda estrutural da taxa de lucro provocada pela industrialização. É evidente que este problema pode ser resolvido nas metrópoles, com a transferência de responsabilidade na coleta de uma considerável massa de

valor nos países subdesenvolvidos. Mas essa transferência, que já está acontecendo, é lenta, difícil e problemática. É por isso que um grande cuidado é exigido nos projetos de industrialização da construção, não estando ainda completamente realizada, mesmo nas metrópoles mais desenvolvidas. Tal é a situação dos meios de produção que o arquiteto manipula, determinada e superdeterminada pelas contradições centrais da economia política contemporânea. E o papel da arquitetura, este componente superestrutural evidentemente frágil em face de necessidades inexoráveis do capital, está objetivamente determinado. A técnica que o arquiteto conhece (por hipótese), aquela que permite soluções ideais (se supormos que elas existam), não é aquela que se encontra na produção: a pressão onipresente da rentabilidade imediata e maximizada dá à técnica atrasada uma configuração de ineficácia e de baixa qualidade. A mediação conflitante dos negócios, no caso da manufatura, é responsável pela inércia das forças produtivas, pela conduta estereotipada, pelo *know-how* imutável, e pela exploração violenta da força de trabalho. O arquiteto tem tendência a atribuir as responsabilidades a fatores secundários, na medida em que leis irracionais ou quase obscuras existentes, sob o ritmo cego de operações concretas, tornam-no incapaz, muitas vezes, de detectar com clareza os disfarces do poder que domina. Quase sempre favorável à técnica em abstrato, seu discurso não é suficiente para esconder um desconhecimento e um desprezo a ela na prática — o que é reforçado objetivamente pelas formas muitas vezes obtusas das técnicas aplicadas, vítimas também da mesma tirania. Uma falsa dicotomia se estabelece e desabrocha entre a arte e a técnica. A arquitetura, então, faz sobressair exageradamente seus traços irracionais (a opção plástica, a escolha que vai além do conhecimento possível) por uma espécie de vingança ou compensação; transfigura assim os seus traços numa irracionalidade regressiva. Esta hipótese afasta a técnica ainda mais da arquitetura e reforça uma batalha deslocada, enquanto que a verdadeira causa se mantém imune.

A falsa oposição entre a arquitetura e a técnica faz da produção um mistério para o arquiteto — e mesmo obstáculo, doentia inversão: em vez de ser instrumento, mediação, as forças produtivas que dão corpo à realidade do projeto são percebidas como obstáculo; grosseira materialização onde se perdem as mais caras intenções. Porque é na produção material, na densa obscuridade da manufatura, que todos os conflitos tornam-se mais agudos, a arquitetura contornando a técnica e a técnica frustrando a arquitetura. Mas, como em todo

sintoma, sua natureza e sua localização dão uma indicação do conflito que foi transferido: pois a falsa oposição torna-se aguda no canteiro de obras, lembrando que a verdadeira contradição se estabelece entre as forças que impedem o desenvolvimento da força de trabalho, no lugar mesmo onde o valor é apropriado.

“Se técnica e arquitetura, atividades teoricamente convergentes, se chocam, dando origem a uma formação mútua, esta aparência nos remete à essência que ela esconde: a irracionalidade da exploração, onde a violência se traduz tecnicamente na manutenção forçada de uma forma arcaica de produção”.

4. Uma transferência igualmente sintomática pode ser percebida em algumas proposições que procuram ultrapassar a “crise”: a industrialização, por exemplo. Seria suficiente fazer análise de textos daqueles que a propõem para tornar evidente seu caráter substitutivo: os cortes lógicos, as omissões significativas, são sinais evidentes de que o papel desse conceito, no pensamento dos arquitetos, assume natureza mágica. Com efeito, uma mudança das forças produtivas não pode resolver antagonismos que estão localizados no interior das relações de produção. E como não ver que, segundo a fórmula de A. G. Frank, existe um desenvolvimento do atraso, corolário mesmo, do desenvolvimento centralizado?

5. Mas, se na produção os conflitos se multiplicam, o exame do produto mostra outras dificuldades não menores. Além das determinações exteriores à sua natureza e à sua finalidade, que condicionam a vida e a forma de todo objeto no tempo de absolutização da administração de mercado, a particularidade da manufatura da construção impõe a seus produtos algumas características específicas. A habitação neste caso é exemplar. Se lembrarmos: 1 - da segurança que oferece a uma massa de valor dada sua imobilização em um produto de primeira necessidade, cuja oferta é cronicamente inferior à procura; e se juntarmos 2 - o fato de que o capital empregado na sua produção tem uma fraca composição orgânica, permitindo, assim, uma apropriação relativa de valor acrescido; e finalmente 3 - se notarmos que o produto unitário concentra uma grande massa de valor, deduziremos imediatamente a preocupação ostentatória e a importância da função “tesouro” na habitação. Um jogo de ilusões com elementos muito interligados se eleva sobre bases objetivas de afirmação de *status*. Ora, a habitação, por ela mes-

ma, é uma demonstração de posse de uma respeitável quantidade de dinheiro, o que é demonstrado ainda mais pelas suas dimensões, gosto e materiais. Mas, como o capital se amplia no canteiro de obras, o *status* que podemos atribuir é superior àquele que o capital inicial permite. Ora, o projeto é anterior à produção, portanto, as necessidades às quais ele deve responder não são aquelas verdadeiramente vividas pelo usuário, mas são as “necessidades” que ele supõe ser aquelas do novo *status* a atingir e definidas pelas rígidas convenções da ostentação. Como ostentação é representação, ela pode sempre aparentar mais que o reflexo exato permitiria e, como toda consciência em transição, fica raramente satisfeita como o nível possível e tenta alcançar outros ainda — as chamadas “necessidades”, no seu limite, são uma acumulação híbrida de regras não vividas, superpostas às verdadeiras necessidades quase sufocadas. Além disso: como o *status* pouco nítido tem por base a posse de uma massa de valor que é em parte coagulada na forma de concreto, toda utilização, então, deve ser restringida ao mínimo — e a assombrosa quantidade de trabalho que, dia após dia, é gasta em nome da limpeza, é encarregada de suprimir os sinais de utilização. Receando-se que a habitação se torne usada, limita-se o valor de uso. Grande quantidade de valor, concentrada em um objeto pouco utilizado (ou cujo uso é maniacamente apagado): é a definição do tesouro, cuja própria proximidade exige um esforço permanente de distanciamento.

6. O arquiteto torna-se cômico neste contexto: ele fala do uso, da utilidade, eficácia, racionalidade... mas a verdade do sistema não tem nada a ver com tudo isto. Nas atuais condições de produção, a separação do fazer e do pensar (que continua mesmo após as correções impostas pela Segunda Guerra Mundial ao “taylorismo” radical) isolam o arquiteto do *brain-staff*.

Dentro de sua posição, ele impõe de modo necessariamente despótico sua vontade como eixo organizador da produção. Mas esta vontade é aquela que sua posição lhe atribui e cuja dimensão e objeto são claramente demarcados. Para ele é proibido tentar modificações profundas na produção: sua forma atual é a mais adaptada para a função já mencionada e o produto é aquele exigido pela forma de consumo na situação presente. Entretanto, existe um pequeno detalhe, no nível da economia, cuja delicadeza exige todo o *savoir faire* do arquiteto: é que, apesar da aparência, raramente é o usuário que efetivamente se apropria do valor produzido no canteiro de obras.

Somente no caso em que o usuário é também o empresário, em geral ele tem com a habitação o que tinha antes: somente realizou o capital-mercadoria do empreiteiro, quando o transformou novamente em capital-dinheiro. De fato, o valor econômico de que o usuário acredita ter se apropriado, é o empreiteiro que o substitui, de maneira sutil, por “valores” sociais de representatividade (“saúde”, “bem-estar”, “beleza” etc) e a segurança da propriedade.

Para realizar esses inefáveis valores, o profissional da fantasia é o arquiteto. “Estética”, “arte”, “poesia”, “plasticidade” etc são os conceitos fluidos que dão a necessária auréola aos resultados de tais caminhos e formas que escondem, na aparência da coerência e da organicidade, não somente os deslumbramentos da ascensão social e da segurança, mas sobretudo a exploração mais violenta da força de trabalho. Os atos de fé progressista não bastam para tornar a prática necessariamente desfavorável à manutenção de uma situação. Os arquitetos percebem de maneira difusa a má-fé — e como compensação tentam fazer passar seus esquemas, deduzidos da idéia de “homem em geral”: a posição autoritária, acrescentada ao gênio que *a priori* eles devem ter, justificando algumas liberdades daquela figura especial na produção. Esses esquemas, desprovidos de realidade, são abstratos, primariamente funcionais e mecânicos, pois que eles, não refletindo um projeto coletivo, dão muito mais a imagem daqueles que o fazem que do objetivo suposto; nada mais autoritário que tais proposições, permitidas somente por uma posição privilegiada. A frustração destas tentativas, que reforça mais que elimina a má-fé, dá origem a uma estereotipia ainda mais simplista, onde o formalismo fantástico esconde a angústia crescente.

#### SOBRE O COMPORTAMENTO E A METODOLOGIA

Poderíamos resumir numa fórmula simples a “crise” da arquitetura: o atual modo de produção arquitetural, inteiramente determinado pelo modo de produção em geral e pela mediação do modo de produção da construção, chegou aos limites de seu desenvolvimento possível.

Historicamente, as relações entre as dimensões estruturais e superestruturais de um sistema conhecem etapas diferentes. Após uma mudança social radical (no sentido exato) as novas relações de produção, que se organizam de

modo coerente com a situação histórica das forças produtivas, impõe, do exterior, configurações adequadas aos níveis superestruturais. Estas configurações impostas são interiorizadas por estes níveis, com a força da necessidade histórica, e desabrocham dando uma organização a todo campo abraçado. É evidente que essas novas configurações não têm continuidade com as configurações imanentes dos períodos anteriores. Mas, a partir desta nova determinação exterior, o desenvolvimento das necessidades imanentes, definido pela problemática emergente, segue, obrigatoriamente, o desenvolvimento social: o que se poderia ilustrar, bem esquematicamente, pela analogia de um isomorfismo estrutural. Esta harmonia, esta coerência, será mantida até o momento em que contradições antagônicas se manifestem na infraestrutura entre as relações de produção e as forças de produção, com a inevitável substituição da necessidade histórica pela violência e irracionalidade. A partir desse momento, as dimensões superestruturais e infraestruturais se distanciam progressivamente: na superestrutura, uma espécie de inércia imanente do desenvolvimento segue direções que não são mais o “reflexo” do real, mas que mostram as potencialidades do sistema, abafadas pela presença dominante da violência e irracionalidade. Elas “refletem” o possível negado pelo social. A radicalização das necessidades imanentes da superestrutura é a consequência da ausência de correspondência de tais desenvolvimentos. Esta radicalização explode muito rapidamente por tensão excessiva: então o campo superestrutural se desfaz em tendências, fragmentações, descontinuidades etc. Apenas uma nova orientação infraestrutural e uma mudança profunda nas relações de produção ultrapassadas e suas adaptações às potencialidades das forças produtivas fundamentais poderão originar e impor novas configurações às camadas superestruturais, imposição externa que deve ser interiorizada. Ora, não há dúvida possível: nós sabemos ou pressentimos que o atual modo de produção arquitetônico deve ser superado. O horizonte que a palavra arquiteto compreende se alarga na proporção de sua crescente indefinição como componente superestrutural em decomposição no período tardio do capitalismo. O fim deste modo de produção arquitetural que conhecemos e praticamos é inevitável. E mais: é desejável.

O mal-estar não vem desta decomposição, hoje mais próxima da farsa do que do drama — mas do vazio que resulta da necessidade de mudança social fundamental reclamada sob formas diversas. Somente a presença efetiva de uma outra situação produzirá a redeterminação esperada dos instru-

mentos sociais superestruturais — mesmo um novo saber e uma nova prática arquitetural — não importa quão aleatória seja a tentativa de estabelecer um modelo no qual se possa garantir a adequação ao futuro; toda atitude conservadora não resistirá mais ao peso de sua própria má-fé.

Para nós, a dificuldade nasce desta equidistância: impossível a confiança ingênua numa racionalidade de conteúdo exclusivamente arquitetural no meio de uma irracionalidade estrutural — mas a configuração esperada é ainda obscura. Mergulhados no seio de uma passagem estrutural, o comportamento de passageiros (angustiados evidentemente), inevitavelmente pouco tranqüilo, é de exigir exame e adequação.

Como em toda modificação importante, algumas precauções são fundamentais: a apropriação adequada do essencial da herança histórica, dos meios de produção (arquitetural) disponíveis e sua socialização; a crítica radical (que vai até às raízes) do modo de produção (arquitetural) que deve desaparecer; a experimentação ampliada de novos modos de produção (arquitetural), guiada por probabilidades prospectivas variadas e não hipostasiadas, enquanto esperamos uma determinação posterior pela necessidade histórica emergente; a atenção para não restringir a experiência e para guardar a disponibilidade ativa.

Somente a incorporação e um estudo cuidadoso das condições de mudança e daquilo que vivemos nos permitirá a formulação de alternativas para a paralisia e o mal-estar atuais. A consciência das carências e tarefas de hoje virá da compreensão aprofundada da mobilidade estrutural presente.

## AS TAREFAS FUNDAMENTAIS

### A. A apropriação dos meios de produção arquiteturais

A desagregação histórica de um sistema social provoca, inevitavelmente, o desaparecimento do impulso e da razão que mantinham sua superestrutura. O novo sistema emergente produzirá uma nova racionalidade, sem continuidade e à distância da presente: não há continuidade entre as dimensões superestruturais de sistemas sucessivos. Na passagem, a antiga configuração